

O Brasil nas telas: uma análise da cobertura jornalística em dois suportes

Brazil on the screen: an analysis of journalistic coverage in two media

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
anacarolina.temer@gmail.com

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Pós-doutora em Comunicação pela UFRJ, doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.

Marli dos Santos
marlijor58@globocom.com

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cáspere Líbero. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

Resumo

Este artigo é uma continuidade de pesquisas sobre Gêneros Jornalísticos, desenvolvida em parceria entre o Grupo de Pesquisa Jornalismo Contemporâneo, Práticas para a Emancipação Social, do PPGCOM/CÁSPER LÍBERO, e o Laboratório de Leitura Crítica da Mídia, do PPGCOM/UFG. A proposta abrange a reflexão sobre o interagendamento da mídia em relação às denúncias contra o presidente Temer e à cobertura envolvendo a retirada de usuários e traficantes de drogas – a Cracolândia – do centro da cidade de São Paulo. A pesquisa de abordagem qualitativa, com base em Análise de Conteúdo, teve como objetivo observar e comparar de que forma o *Jornal Nacional* e a *Agência Pública*, presentes em dois diferentes suportes, apresentam os atores sociais envolvidos nestes fatos. Verificou-se que, embora em diferentes formas de abordagem, os dois suportes trazem discurso hegemônico de ineficiência do Estado e incapacidade dos cidadãos comuns, reafirmando valores e o *status quo* da sociedade brasileira.

Palavras-chave: jornalismo, jornalismo independente, cidadania, corrupção, Cracolândia.

Abstract

This article is a continuation of a research project on journalistic genres developed in partnership between the Research Group Contemporary Journalism, Practices for Social Emancipation, of the PPGCOM/CÁSPER LÍBERO, and the Critical Media Reading Laboratory of the PPGCOM/UFG. The proposal includes the reflection about the inter-agenda-setting in the media related to the denunciations against President Temer and the coverage about the police action that removed addicts and traffickers of drugs – the so-called *Cracolândia* – from the downtown area of the city of São Paulo. The qualitative research, based on Content Analysis, observed and compared how the *Jornal Nacional* and the *Agência Pública*, which are two different media, present the social actors involved in these events. It was verified that, although using different approaches, the two media present a hegemonic discourse of state inefficiency and incapacity of ordinary citizens, reaffirming values and the status quo of Brazilian society.

Keywords: journalism, independent journalism, citizenship, corruption, *Cracolândia*.

Introdução

O Brasil tem vivido dias atípicos tanto no que diz respeito à política nacional quanto à cobertura telejornalística. Ainda que questões como corrupção e crises do Estado e eventuais conflitos entre os poderes constitucionais não sejam uma novidade, e da mesma forma coberturas de ações políticas (e dos políticos) sejam recorrentes, o volume e a gravidade destas ações e o espaço dado a elas na semana de 17 a 24 de maio de 2017 no telejornalismo

da Rede Globo e o seu interagendamento na imprensa independente no período de 17 de maio a 13 de junho se destacam em função dos aspectos únicos resultantes tanto da convergência dos fatos quanto das decisões editoriais que, respondendo a um momento diferenciado, também apresentaram aspectos peculiares. Por ser um tema de grande repercussão, partimos do pressuposto de que é comum ocorrer um interagendamento entre diferentes mídias, ou seja, uma notícia que se expande por diferentes meios, nesse caso televisão e internet. Trata-se

de fenômeno até corriqueiro entre as mídias, uma vez que o monitoramento é prática comum no cotidiano da produção jornalística.

Em termos mais específicos, este período foi marcado pela repercussão do vazamento das gravações que o empresário Joesley Batista fez do presidente da República Michel Temer nas quais se induz a percepção de convivência com ilícitos. Mas também foi um período no qual ocorreu a intervenção policial na chamada *Cracolândia*, um local degradado e central da cidade de São Paulo no qual existem – de forma quase ostensiva – uma feira de venda de drogas e a miséria e o drama que cercam a exploração comercial deste vício. O objetivo deste artigo foi observar e comparar, a partir de dois eventos distintos – mas conectados pelas ações do Estado no combate aos ilícitos –, de que forma os dois veículos jornalísticos, um o *Jornal Nacional* e outro a *Pública – Agência de Jornalismo Investigativo*, apresentam os diferentes indivíduos/cidadãos envolvidos nesses fatos, e se há a presença de um discurso hegemônico. Com essa finalidade foi feito um acompanhamento das denúncias sobre o presidente Temer e da *desocupação* da Cracolândia em São Paulo nos dois suportes, analisando de que forma a narrativa dos fatos – elemento fundante do jornalismo – abre espaços para abordagens e interpretações que vão além do factual. Ao todo foram analisadas 25 matérias veiculadas no *Jornal Nacional*¹ (23 sobre o presidente Temer e duas sobre a Cracolândia) e seis na *Agência Pública*.

Compreende-se o conceito de hegemonia a partir de sua origem na tradição marxista – ou seja, o processo pelo qual um grupo social se constrói e reconstrói social e moralmente sobre outras classes, reproduzindo valores, ideias e práticas sociais a partir de sua própria perspectiva (Temer e Nery, 2009, p. 105). Nessa relação, podemos considerar que um discurso jornalístico hegemônico é formatado a partir de um conjunto de conteúdos, verbais ou não verbais, que, a partir da exposição dos fatos, dá visibilidade aos interesses dos grupos dominantes e reforça ideias, valores e práticas desta classe. O discurso jornalístico hegemônico, portanto, é uma construção/reconstrução dos fatos na perspectiva hegemônica.

A metodologia adotada é de reflexão sobre um caráter social e de abordagem qualitativa. Lakatos e Marconi (1986, p. 20) afirmam que as pesquisas sociais são utilizadas “visando melhorar a compreensão de ordem, de grupos, de instituições sociais e éticas”, uma vez que, complementa Tuzzo, “as pesquisas em comunicação [...]

¹ No total, foram coletadas 67 matérias envolvendo o tema Lava-Jato e corrupção, mas apenas as 23 citando diretamente Temer e/ou a Cracolândia foram analisadas. Também sobre a amostragem, destaca-se que, como o estudo diz respeito ao *Jornal Nacional*, que no domingo não é veiculado, no dia 21 de maio de 2017 não foram contabilizadas matérias, mas anota-se que o tema teve ampla repercussão no programa *Fantástico*.

emanam de movimentos e ações sociais numa simbiose de sujeitos e dispositivos, mídia e pessoas, lógicas de consumo e elementos consumidores de produtos, bens, serviços, costumes e ideologias” (2016, p. 134). O ponto de partida foi a análise de conteúdo, com base em Bardin (2010) e Fonseca Júnior (2006), aplicada tanto aos conteúdos do telejornalismo como aos do jornalismo independente na internet, mas *desconstruindo* a aparente mistura de conteúdos, delimitados em gêneros e formatos jornalísticos. A partir desta proposta, e aplicando a classificação de Marques de Melo (1985) e Temer (2014), foram construídas tabelas e gráficos, que trazem os pontos fundamentais para uma segunda análise, de caráter qualitativo, a qual destaca de que forma os indivíduos que têm/tiveram visibilidade nestas coberturas são categorizados ou caracterizados enquanto cidadãos.

Para entender a representação dos cidadãos no conteúdo analisado, foi utilizada a pirâmide apresentada por Tuzzo (2016, p. 60), que define quatro categorias de representação da cidadania: o **subcidadão**, indivíduo que não tem acesso à justiça, aos serviços públicos, participação social e política ou recursos financeiros; o **cidadão**, que possui poder, acesso ou conhecimento para participar da sociedade; o **celebre-cidadão**, indivíduo com visibilidade midiática, que é referência na sua área (esportiva, artística ou outra) e atua como um misto de celebridade e cidadão, e o **supracidadão**, aquele que está acima da lei, faz o sistema trabalhar em seu benefício usando recursos econômicos ou legais para se beneficiar, não estando, portanto, sujeito aos mesmos limites dos cidadãos comuns.

Interagendamento midiático

O interagendamento é um dos fenômenos investigados nos estudos da *Agenda Setting*, considerada hipótese por alguns, teoria por outros, mas com foco especialmente no agendamento dos meios em relação ao cidadão. Como Maia e Agnez (2010) revelam, os estudos nessa área se inserem nas “pesquisas dos ‘efeitos’”, porém Traquina (2000), referido pelas autoras, estabelece relação com a “perspectiva teórica da construção social da realidade, também designada construcionismo, a partir do processo de produção da notícia” (Maia e Agnez, 2010, p. 3).

Apesar de a *Agenda Setting* ter como foco os efeitos dos meios sobre o cidadão, há uma tendência de se estudar o conteúdo e os enquadramentos dos meios, sendo poucas as pesquisas de recepção: “analisa-se o produto do jornalismo – a notícia; em geral se discutem os processos de construção da pauta e seu enquadramento e se conclui que, ao dar determinada abordagem a um assunto, será esta visão que a audiência irá absorver e assumir” (Maia e Agnez, 2010, p. 5).

O interagendamento é um fenômeno observado entre as mídias. Trata-se, segundo Hohlfeldt (1997, p. 48), de uma “espécie de suíte sui generis, em que um tipo de mídia vai agendando a outra”. O interagendamento pode ocorrer entre diversas mídias, o que explica o fenômeno da mesmice na cobertura jornalística, uma vez que um tema pode ser pautado e continuar presente com seus desdobramentos por um período considerável nas mídias de diferentes tipos.

De acordo com McCombs (1976), ocorre uma hierarquia no interagendamento, e isso diz respeito ao poder de influência de cada mídia. No Brasil, o veículo de maior presença e impacto, e aquele no qual o cidadão se informa, ainda é a televisão², porém o autor atribui aos jornais impressos a responsabilidade de serem os “principais promotores da agenda do público”, certamente em um momento em que a internet não existia, e tampouco os sites de redes sociais digitais.

Com o advento da internet, antes os blogs, denominados por Primo (2008) como “micromídias”, já constituíam uma alternativa para agendar o debate público. Isso abre espaço para o *gatewatcher*, fenômeno apresentado primeiramente por Bruns (2005) e posteriormente discutido por Canavilhas (2010). A sobreposição destes dois aspectos revela

que à primeira acção de gatekeeping dos jornalistas, segue-se uma segunda protagonizada por utilizadores de referência, porém esta segunda acção de selecção apresenta características diferentes da anterior: já não se trata de seleccionar/resumir informação, mas sim de indicar pistas de leitura (Canavilhas, 2010, p. 5).

O autor conclui que o *gatewatcher* torna-se um influenciador que indica nas suas redes sociais digitais o tema que merece atenção, baseando-se muitas vezes nas notícias publicadas na grande mídia. O contrário também é verdadeiro. Há pautas que emergem das redes sociais e ganham espaço na imprensa hegemônica. Dessa forma, o interagendamento se torna mais complexo, na medida em que a diversidade de meios e as possibilidades que a internet apresenta fazem emergir novos espaços de convergência de conteúdos e comportamentos.

Quanto aos dois assuntos abordados neste artigo (denúncias contra Michel Temer e as ações policiais na Cracolândia), naturalmente são fatos de grande impacto na agenda do cidadão e na cobertura midiática; nesse

caso, o interagendamento é inevitável, mas não necessariamente os enquadramentos, já que estamos tratando de grande mídia e projetos independentes de jornalismo.

Mídia e relações de poder: a Rede Globo de Televisão

Pensar as mídias no Brasil, e particularmente aquelas que atuam como suporte para veículos jornalísticos, exige pensar relações que envolvem aspectos tanto econômicos quanto políticos, ou, mais especificamente, relações de poder.

Historicamente estas relações foram construídas por meio de múltiplas intervenções do Estado que formatarem as empresas midiáticas a partir da ação/cooperação de representantes do poder econômico, que vislumbraram nas mídias espaços importantes para intervir nas decisões políticas e econômicas que pudessem afetar seus interesses. Neste cenário, os jornais brasileiros nasceram ligados ao Estado e aos seus interesses, ou a grupos políticos que tinham evidentes ligações econômicas com os setores mais abastados da sociedade. Essa relação se torna mais forte na medida em que as mídias eletroeletrônicas estão assentadas sobre tecnologias que exigem investimentos significativos.

É neste contexto também que as Empresas Globo abrem espaço para a formatação de um discurso hegemônico, de fato, anterior à chegada da televisão ao Brasil³. Catapultada pelo sucesso econômico e de público, a Rede Globo de Televisão impôs uma aparente unidade narrativa no cenário, marcada por rupturas e desigualdades sociais. O telejornalismo atuou como fator estratégico neste processo, corroborando o discurso oficial de *desenvolvimento e modernidade*. A expressão de maior visibilidade nesta proposta foi o *Jornal Nacional*, primeiro telejornal brasileiro a ser transmitido em rede, cuja popularidade o alça ao *status* de programa jornalístico mais assistido no país (Rezende, 2010).

Ao longo desses mais de 60 anos de história da Rede Globo de Televisão⁴, a relação entre a emissora e o Estado foi também marcada por embates pontuais, que eventualmente adquiriam caráter de crítica. O conflito entre os interesses empresariais e as questões políticas ficou mais visível em função do fim da censura, em uma fratura que se tornava mais exposta na mesma medida em que o processo de democratização avançava⁵. Essa relação tornou-se mais tensionada com as novas possibilidades

2 A Pesquisa brasileira de mídia 2016 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira (2016), em 2016, revela que a mídia mais utilizada no Brasil é a televisão (89%), seguida pela internet (49%). Mais informações em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>.

3 O jornal *O Globo* e até mesmo o rádio Globo são anteriores à chegada da televisão ao Brasil.

4 Os dados gerais sobre a história da TV brasileira tiveram como base os trabalhos de Rezende (2010), Sodré (1971, 1977), Temer (2014) e Reimão (1997); mas interpretados criticamente pelas autoras.

5 Ou ficou mais visível em função do fim da censura.

das tecnologias digitais, mas também pela visibilidade alcançada por mídias alternativas, que têm buscado mais espaço junto ao público.

Mídias alternativas e a *Pública*

O panorama das grandes empresas de mídia se contrapõe ao cenário em que o jornalismo alternativo e, depois, o independente surgem. Na história do jornalismo brasileiro as presenças da imprensa alternativa e contra-hegemônica são instigadoras de debates políticos e públicos, especialmente em três momentos: no século XIX, fase na qual a imprensa estava ligada a grupos de intelectuais engajados em movimentos pró-independência; na primeira parte do século XX, com a expressiva importância da imprensa sindical e da imprensa feminista; nos anos 1960 e 70, com a imprensa alternativa, contra-hegemônica, que surgiu com vigor, após o golpe civil e militar. Ela pode ser dividida em duas vertentes: a política e a existencialista, segundo Pereira Filho (2004), porém a política se sobressaiu em relação à outra vertente. No século XXI surgiu o jornalismo denominado independente, no bojo das transformações tecnológicas que desembocaram no advento da internet e do jornalismo digital, e que não é sinônimo de jornalismo alternativo. De acordo com Mazetti (2007), o modelo alternativo se enquadra no jornalismo da contrainformação, engajado em movimentos sociais e ativista. Dessa maneira, apresenta as visões de diversos grupos e minorias sociais invisibilizados pela grande mídia, constituindo-se em espaço público para a exposição de pontos de vista diversos dos hegemônicos.

O jornalismo independente não necessariamente se vincula ao ativismo, nem necessariamente é alternativo. Nesse sentido, também está próximo do conceito de midialivrismo, termo utilizado para identificar projetos de jornalismo desvinculados do *mainstream* midiático, não patrocinados pelas mesmas fontes que a mídia tradicional e não necessariamente considerados engajados em um movimento. Foram impulsionados pelas tecnologias digitais, pelo enxugamento das redações tradicionais que provocou outras demandas no exercício profissional do jornalismo, pela flexibilização das relações de trabalho, por um espaço mais autoral e a prática do jornalismo investigativo sem objetivo de lucro, além do resgate de um *ethos* jornalístico.

A *Agência Pública de Jornalismo Investigativo* tem como foco o jornalismo investigativo e foi criada em 2011. Trata-se de uma iniciativa do jornalismo independente, está imersa em uma cultura de participação (Shirky, 2011), assim como outros projetos semelhantes, que têm como aspecto fundamental o compartilhamento na produção e na divulgação. Em termos de importância,

a *Agência Pública* possui dezenas de prêmios importantes e foi criada por sete jornalistas, entre eles cinco mulheres e duas que ocupam cargo de diretoria. O veículo se apresenta no site⁶ como um “modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência”, tendo como missão produzir reportagens sobre temas de relevância para a população brasileira, com vistas à democratização da informação e “à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”. Funciona como uma agência que distribui conteúdo via licença *creative commons* para uma rede de 60 veículos de comunicação, que podem republicar as matérias. Propõe a realização de reportagens investigativas nos seguintes eixos: “os impactos dos megaeventos esportivos; tortura e violência dos agentes do Estado; megainvestimentos na Amazônia; crise urbana; empresas e violações de direitos humanos” (Pública, 2017).

A *Pública* informa que possui como parceiros “centros independentes de jornalismo da América Latina, dos Estados Unidos e Europa, além de veículos tradicionais e expoentes das novas mídias” (2017). Atua também com oferta de bolsas e mentoria para jovens jornalistas e “incubação de projetos inovadores de jornalismo independente”, conforme menciona em seu site. Os parceiros também são fundações, organizações não governamentais, entre outros, além do público que participa da produção e do patrocínio de reportagens, por meio de práticas de *crowdfunding* (obtenção de recursos por doações) e *crowdsourcing* (forma de compartilhar e obter a colaboração de usuários com *expertise* e colaboradores não profissionais).

Os fatos e as imagens: brevíssima revisão teórica dos dados

A base do jornalismo está na narrativa dos fatos, particularmente dos fatos⁷ que, devido a algum tipo de relevância, afetam a realidade social. A palavra “fato” deriva do latim *factum*, participio do verbo *facere*, que significa fazer, mas seu uso se disseminou na Europa juntamente com a valorização da racionalidade científica (Wootton, 2017). Fato pressupõe algo verídico⁸, que existe/existiu

⁶ O endereço do site da Agência Pública de Jornalismo Investigativo é: <https://apublica.org/>

⁷ Atente-se aqui para a intencional escolha do termo fato, e não do termo verdade. Entende-se que o conceito de verdade, citado em muitas das escolas pré-socráticas e caro para a filosofia de uma forma geral, pressupõe a compreensão da realidade a partir de um sistema de valores morais complexo e mutável, enquanto o fato remete a ações ou situações concretas e dimensionáveis pelos sentidos.

⁸ A visão paradigmática assumida neste texto é que os fatos jornalísticos são, por um princípio ético, verdadeiros. No entanto, não se pretende discutir o conceito de verdade, tema caro à filosofia, sobre o qual há vasta bibliografia nacional e internacional, e que não poderia ser esgotado a partir da análise proposta.

e pode ser confirmado, eventos ou acontecimentos que realmente aconteceram (Johnston, 2004, p. 278). Desta forma, os fatos podem ser até objeto de interpretação ou deturpação quanto a sua origem e consequências, mas existem *a priori*. São como meteoritos que caem do céu⁹: podemos interpretá-los, adjetivá-los ou explicá-los, mas nunca negar a sua existência (Temer, 2014, p. 115).

Ainda que o compromisso com os fatos seja o elemento definidor do jornalismo e a própria existência dos veículos jornalísticos esteja vinculada à confiança que os receptores têm de que os fatos narrados são reais, essas narrativas não são os fatos em si. Nas matérias jornalísticas, os fatos tomam a forma de narrativas nas quais os dados averiguados validamente pelos jornalistas são apresentados de forma objetiva e clara: são leituras ou interpretações do real. Estas narrativas ganham novos contornos com as mídias eletroeletrônicas que envolvem o uso de recursos técnicos, visuais e estéticos, e narrativas nas quais as imagens exibidas reforçam ou delimitam os fatos. Nas mídias com apelo televisivo a imagem tende a neutralizar ou levar o leitor a ignorar os processos de captação, seleção e tratamento das imagens, com o objetivo de criar a sensação de ele ter visto de forma presencial o fato. A imagem, portanto, é mais do que uma narrativa do fato, é a comprovação visual de sua existência.

Aspectos dessa relação são condicionantes para o telejornalismo, mas se repetem nas mídias eletrônicas que disponibilizam para os receptores fotos e filmagens. Desta forma, mesmo que as informações sobre uma gravação na qual o presidente Michel Temer teria dado seu aval a um esquema para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha¹⁰ tenham abalado Brasília na quarta-feira, foi somente com a divulgação da gravação e dos vídeos da delação de Joesley Batista no dia seguinte (18 de maio de 2017) que o tema ganhou repercussão no jornalismo. Da mesma forma, os incômodos provenientes do espaço conhecido como *Cracolândia*, já há muito conhecido pelos moradores da cidade de São Paulo, ganharam novas dimensões quando mostrados nas imagens exibidas pela televisão. Em ambos os casos, a imagem em si mesma atua como comprovação dos fatos.

No telejornalismo, portanto, os destaques foram as denúncias e a comprovação imagética destas denúncias (no caso das denúncias contra o presidente Temer) e o caos visual que caracterizou a desocupação da *Cracolândia*. Neste sentido, mesmo considerando as limitações das imagens que vieram de fontes externas – não foram produzidas pela própria emissora –, a Rede Globo demonstrou competência técnica no seu tratamento. Deve-se

observar, no entanto, que a técnica não é neutra, porque cria um mundo com determinadas características com as quais não podemos deixar de conviver, mas que abrem espaço para hábitos que obrigatoriamente nos transformam (Galimberti, 2006, p. 8). Em outros termos, a exposição dos fatos a partir de imagens previamente selecionadas, sensacionalizadas e editorialmente transformadas, conduz a uma percepção diferenciada destes fatos.

Se no telejornalismo a qualidade técnica é o destaque, o projeto de jornalismo independente mostra principalmente uma capacidade de checagem/apuração das informações já veiculadas pela grande mídia e pelas próprias fontes – suas declarações em áudio, vídeo e texto. Embora a atualidade do tema seja elemento importante na oferta das matérias, a *Pública* não se apressa em dar o furo, mas em investigar dados, declarações, buscando revelar contradições, exageros, descontextualizações, informações que circulam nas redes e na grande mídia, especialmente, na onda do *fact-checking*¹¹.

Acrescenta-se ainda que a *Pública* também explora a característica do ambiente digital, webjornalismo, como multimídia, ao ofertar texto, fotografias, ilustrações e vídeo; interatividade, ao oferecer espaços para comentários e acesso às redes sociais para compartilhamento dos conteúdos veiculados no site; e hipertextualidade, ao ampliar a informação por meio da oferta de conteúdos complementares à matéria jornalística nos links ao longo da matéria (Canavilhas, 2014)¹², mas usa também a linguagem do vídeo como estratégia para chamar atenção para a cobertura dos fatos. Observa-se ainda que a base da informação jornalística gerada nos dois fatos estudados neste artigo é o texto, ilustrado com fotos, imagens e infográficos.

Uma primeira análise: os fatos na cobertura do JN

No total foram coletadas 67 matérias do *Jornal Nacional* que faziam referência à Lava-Jato e à corrupção na política, sendo selecionadas as 23 matérias que possuíam referências diretas ao presidente Temer ou à gravação feita por Joesley Batista com o presidente Temer, divulgada pelo colunista Lauro Jardim no site do jornal *O Globo*, no dia 17 de maio. A informação começou a repercutir na mesma

9 Referência à matéria publicada no dia 15/02/2013.

10 Segundo o jornal *O Globo*, Temer foi gravado pelo empresário Joesley Batista endossando o esquema para comprar o silêncio de Cunha, preso na Operação Lava-Jato, em uma reunião no Palácio do Jaburu, em Brasília.

11 *Fact-checking*, de acordo com a Pública, “é uma checagem de fatos, isto é, um confronto de histórias com dados, pesquisas e registros. [...] é uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística. De checar qual é o grau de verdade das informações” (A Pública, 2017).

12 João Canavilhas aponta, em seu livro *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (2014), as demais características: ubiquidade, memória, instantaneidade, personalização. Há outras características do webjornalismo que não foram observadas neste estudo.

noite no *JN* por meio de notas cobertas com imagens do site do jornal¹³.

Analisada a partir dos gêneros jornalísticos, a cobertura é totalmente informativa, mas ressalva-se que conteúdos opinativos são manifestos nas falas dos repórteres e, principalmente, dos noticiaristas. O formato predominante é a reportagem, mas alguns aspectos específicos merecem ser destacados: no primeiro dia da cobertura – quando surgiu a notícia – o tema é tratado apenas por meio de um conjunto de notas (simples e cobertas) e de *stand-up*¹⁴, formatados a partir de um diálogo simulado de repórteres, inseridos em externas *ao vivo* em frente ao Supremo Tribunal Federal e ao Senado, com os noticiaristas. No conjunto, trata-se de um material pobre em informações (repete o material já divulgado no jornal *O Globo*), mas emocionalmente rico. Essa relação é comum nas notícias, que se destacam pela improbabilidade, e evoluem a partir de uma necessidade de sua explicação e contextualização. No que diz respeito aos formatos, o uso do *stand-up* reforça a gravidade do fato e destaca o esforço para buscar mais detalhes. É também a reafirmação de um modelo no qual os telejornais apostam na transmissão ao vivo como forma de mascarar a pobreza das informações e investem no prestígio dos noticiaristas para dramatizar a narrativa dos fatos.

A partir do segundo dia o formato predominante é a reportagem, mas como a denúncia se baseia em gravações e depoimentos – situações pobres de imagem –, há um esforço no uso de imagens de arquivo (O que acontece se Temer renunciar? A Constituição explica, 18 de maio de 2017). Essas ilustrações, em geral contendo legendas, são redundâncias que dão impacto visual para a matéria. Em todo material também se dá destaque aos aspectos financeiros (Dia de pânico nos mercados: dólar dispara e Bolsa fecha no vermelho, 18 de maio de 2017), reforçados também pelo símbolo da operação Lava-Jato¹⁵ (esgoto do qual escoar dinheiro). A cobertura se atém também aos números, sempre citados com detalhes, mas que pouco esclarecem, pois se sobrepõem rapidamente (Gravação revela que Aécio pediu R\$ 2 milhões a Joesley Batista, 17 de maio de 2017; Joesley Batista relata série de doações legais e ilegais a Marta Suplicy, 20 de maio de 2017;

13 As matérias são citadas pela retransmissão e são acessíveis pelo site da Rede Globo de Televisão, que, por sua vez, converge para o site G1. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>

14 Entre os formatos do telejornalismo, o boletim e o *stand-up* correspondem aos momentos em que os repórteres dão informações sem a complementação de uma reportagem. No entanto, o boletim tende a ser pré-gravado ou predefinido dentro do espelho do telejornal, enquanto o *stand-up* pressupõe maior liberdade para o repórter passar informações ao vivo, induzindo a noção de um conteúdo inédito e urgente.

15 A Operação Lava-Jato é um conjunto de investigações que teve início em 17 de março de 2014, realizadas pela Polícia Federal, que envolve esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

Ricardo Saud diz que pagou R\$ 10 milhões para Renan Calheiros, 20 de maio de 2017). Fixa-se apenas a noção de que foram *muitos milhões*, sendo que a questão era a (má) qualidade dos políticos brasileiros e a grande quantidade de dinheiro obtida de forma duvidosa.

Também sobre as reportagens, destaca-se a *preocupação* da emissora em garantir o direito de resposta dos acusados; inserida no final das matérias nos comentários dos noticiaristas, que reforçam o esforço de contatar os envolvidos, mas que também transpiram o cansaço e/ou cinismo nestas ações. Sua finalidade é mais uma preocupação em *mostrar* que ela cumpriu as regras do *bom jornalismo* – ouvir as duas partes – do que abrir espaço para a resposta dos acusados. Destaca-se também o significado simbólico da reportagem na qual Temer afirma que não vai renunciar: enquanto o conjunto do material é trabalhado com múltiplas imagens ao vivo e de arquivo, a exposição de Temer, sozinho no púlpito no qual discursa para a plateia, não focalizada, mostra o isolamento do presidente.

Na disputa por espaço no *Jornal Nacional*, a retirada da Cracolândia ocupa um espaço consideravelmente menor, com apenas duas matérias no *Jornal Nacional* citando especificamente o fato. Essa relação se explica porque o tema é inicialmente divulgado no domingo (no *Fantástico* e na Globo News, emissora *all news* por assinatura, da Rede Globo, na qual teve cobertura ao vivo), mas aparece na segunda com ressalvas negativas (Polícia desmonta Cracolândia de SP, mas usuários de crack voltam, 22 de maio de 2017) e é retomada na terça já com um discurso sobre a demolição dos imóveis na região (Prefeitura começa demolição de imóveis da Cracolândia de SP, 23 de maio de 2017).

Em ambos os casos, o destaque está no impacto desta ação para a cidade e seus bons habitantes (que não usam drogas, mas são obrigados a conviver com a miséria que elas trazem). Mesmo quando o material jornalístico aponta as possíveis falhas da prefeitura, a culpa retorna para os envolvidos no comércio de drogas. Destaca-se também que no material veiculado os *viciados* são verbalmente pouco citados, estando presentes principalmente nas imagens, nas quais surgem moradores irregulares e revoltados que jogam pedras na polícia. O elemento mais destacado destes indivíduos (seu questionável mérito) é a resiliência: mesmo expulsos, sempre voltam ao ponto de origem.

Em termos gerais as duas reportagens têm conteúdos informativos, mas também claramente didáticos, apontando os malefícios do crime e das drogas. De forma menos clara apontam que os usuários/dependentes de drogas já são casos perdidos e que o mérito da operação está em retirar os dependentes de drogas das ruas e reconquistar o espaço urbano indevidamente ocupado.

As duas coberturas no *JN* convergem ao mostrar que o Brasil do Temer é também o da Cracolândia. Os vários atores sociais presentes na cobertura adquirem significado

simbólico: o presidente (representante máximo do Estado) acuado ('Não renunciarei. Sei o que fiz e sei da correção de meus atos', diz Temer, 18 de maio de 2017); o empresário/denunciante de malas prontas para se mudar para os Estados Unidos; os representantes da classe política em vertentes populares, populistas e conservadoras, modernas e arcaicas; ofensores e ofendidos – sempre suspeitos; os trabalhadores (os próprios profissionais de imprensa) – contrariados com os fatos; os intelectuais (e pseudointelectuais), comentaristas diversos, especialistas médicos e outros que analisam, mas não agem; e o povo, representado pelos manifestantes semi-isolados e pelos indivíduos perdidos, zumbis e mortos-vivos – vítimas das drogas e/ou da pobreza, que circulam perplexos. Em meio a todos eles, como contraponto *necessário* aos corruptos, corruptores e outros transgressores da lei, a presença de policiais, promotores, juízes e juristas, **cidadãos a serviço do Estado**, que atuam como *mantenedores* da ordem.

Sobre esse painel, acrescenta-se que no *JN* há uma hipervalorização do papel da imprensa, que é apresentada como defensora e fiscalizadora das operações anticorrupção. O repórter (trabalhador) é o **cidadão** colocado em primeiro plano, identificado pelo nome e eventualmente parabenizado pelo trabalho ou esforço. Os comentaristas conectados ou contratados pela própria emissora são os **célebres-cidadãos**, uma vez que sua posição lhes permite opinar sobre o tema.

Os trabalhadores – particularmente os ligados à repressão policial – são também **cidadãos**¹⁶: têm acesso e recursos para garantia de cidadania, e mesmo quando ultrapassam os limites da lei, as autoridades garantem que os fatos *serão apurados* e eles *poderão* ser punidos. Mas a presunção de inocência, elemento básico da cidadania, não existe para todos: os indivíduos comuns são categorizados a partir da infração cometida (consumidor de drogas, ladrão, corruptor, etc.). O *povo* são os *anônimos*, indivíduos que oscilam entre cidadão e **subcidadão**: defendem seus direitos, mas vivem as angústias dos serviços públicos deficientes e são pouco ouvidos pelo Estado. Por fim, na abordagem do telejornalismo, estão também os viciados e drogados que até mesmo esteticamente se diferenciam dos subcidadãos, são indivíduos perdidos na Cracolândia, no abandono da total **ausência da cidadania**.

O empresário, no entanto, é o **supracidadão** – aquele que tem acesso a informações e privilégios –, inclusive acesso ao presidente da República fora do horário de trabalho. É supracidadão também porque faz o sistema trabalhar a seu favor e consegue acordos e benefícios fora do alcance do cidadão comum. Essa condição é justificada no discurso da emissora: o empresário/denunciante é o

trabalhador *que deu certo*, alguém que cresceu economicamente apesar do país, das dificuldades. Inserido em uma trama de relações desonestas, participou das ações ilegais *por falta de opções*, para inserir-se nas regras de um jogo que, contrariado, *teve* que jogar para sobreviver¹⁷. Destacam-se também as imagens do empresário levando a família para morar *no estrangeiro*, uma repetição *moderna* dos ideais das elites coloniais brasileiras que, depois de enriquecer, deixavam o Brasil (Imagens mostram Joesley Batista e família deixando o Brasil, 20/05/2017).

Na parte mais baixa da pirâmide, os **subcidadãos**, representados como os desalojados da Cracolândia, são os desvalidos, drogados e outros perdidos, são o fardo (o peso morto) que o Estado e a sociedade brasileira carregam. São objeto de pena e lamentação dos bons (defensores dos direitos humanos e entidades religiosas), de medo da população – que veem no ócio a porta de entrada de todos os vícios –, são a semente da violência, do roubo, da instabilidade social. Sobretudo, são objeto de preocupação dos governos que, como deixa claro o discurso das autoridades paulistanas, não sabem bem o que fazer com eles e buscam expurgá-los dos espaços de maior visibilidade e *se livrar* do problema.

Em termos gerais, esse conjunto tem seus papéis reforçados pelo aparato técnico da Rede Globo de Televisão, que destaca/ilumina partes do conteúdo, ou coloca elementos em segundo plano (obliterando, mas deixando sempre presente) as imagens de ruas sujas, casas mal conservadas, e outros (signos do subdesenvolvimento, o que nos permite trazer de volta esse termo que, mesmo fora de moda, não está totalmente esquecido).

A análise de outro ângulo: os fatos na *Pública*

Em razão das características de armazenamento de conteúdo da *Pública*, a coleta das matérias não se restringiu ao período de uma semana, especialmente em relação à cobertura sobre a ação policial na Cracolândia. A estratégia foi usar as *Tags*¹⁸, para os dois temas, utilizando as palavras-chave Temer e Joesley Batista, e, no segundo caso, Cracolândia. Ao todo foram coletadas três matérias sobre a denúncia contra Temer e mais três sobre a Cracolândia.

No caso Temer, as três matérias foram publicadas em 19 de maio, dois dias após a denúncia contra o presidente ter sido divulgada (17). Conforme observamos, a *Pública* não acompanhou o ritmo *hardnews* dos demais veículos

17 Fatos posteriores vão afetar o *status* do empresário Joesley Batista como supracidadão, embora elementos de sua representação permaneçam.

18 *Tag* pode ser traduzido como etiqueta, vem do inglês. "As tags na internet são palavras que servem justamente como uma etiqueta e ajudam na hora de organizar informações, agrupando aquelas que receberam a mesma marcação, facilitando encontrar outras relacionadas" (O que é..., 2009).

16 No Brasil, seguindo a tradição da constituição getulista, a cidadania está diretamente ligada à noção de que é o trabalho que dá direitos ao indivíduo.

informativos. Justamente por se dedicar ao jornalismo investigativo, buscou trazer outros enquadramentos não apresentados pelos demais veículos jornalísticos.

A primeira reportagem (A *Pública* ouviu os deputados federais sobre o que pensam do impeachment, eleições e reforma da previdência) é resultado de uma enquete sobre a posição dos deputados sobre o *impeachment* de Temer, a realização de eleições e, por fim, a proposta da reforma previdenciária; a segunda reportagem (Gravação de Temer justifica impeachment?) busca esclarecer se a denúncia contra Temer torna-se prova irrefutável da corrupção do presidente – prós e contras; e a terceira (E agora, Temer?) explica como a denúncia afeta Temer e as consequências de tal acontecimento, caso ocorresse o *impeachment*.

As três matérias são do gênero informativo, em formato reportagem, porém com estratégias de apuração e de narrativas diferenciadas: a primeira reportagem é resultado de uma pesquisa, que se inspira nas velhas enquetes jornalísticas, abrangendo 211 deputados, com três perguntas (um grande esforço feito em apenas dois dias), com nível de aprofundamento maior, configurando-se em uma reportagem, com textos, fotos e infográficos; a segunda é resultante de *fact-checking*, que detecta as informações falsas, sem contexto, exageradas ou distorcidas, configurando-se também como reportagem, pois apresenta texto, foto e ilustração; por fim, a terceira matéria, um vídeo produzido por meio de facilitação gráfica¹⁹, com função explicativa e autonomia enquanto informação, explica o fato, suas consequências e a repercussão da denúncia contra Temer na sociedade, sendo produzida com apenas duas fontes: uma da grande imprensa (*O Globo*) e um site especializado em notícias jurídicas (*Jota*).

Em termos de multimídia, pode-se dizer que o texto é a base principal das matérias analisadas, tanto na pesquisa com os deputados quanto na dissecação dos dados feita na reportagem *fact-checking*. Quanto à interatividade, observa-se nessas três matérias que o site abre espaços para comentários ao final e oferece links para as redes sociais e e-mail para compartilhamento do material.

A hipertextualidade é bastante explorada nas duas primeiras matérias, com links de outros sites²⁰ da grande imprensa (*UOL*, *Folha de S. Paulo*, *G1*, *O Globo*, *Estadão*), de informações especializadas em direito e justiça; de fontes oficiais, como Polícia Federal, Câmara Legislativa, além de sites de escritórios de advocacia e de universidades. A *Pública* valoriza a grande imprensa como ator social, particularmente nas matérias da seção Truco. Outro ator

privilegiado são as fontes oficiais e a imprensa independente (em menor espaço).

Ao contrário do que acontece no *JN*, não aparece o cidadão-jornalista colhendo os louros por sua atuação. Nem por isso a *Pública* deixa de se apresentar como fiscalizadora do interesse público, mostrando domínio na checagem dos dados, em sintonia com as tendências das novas práticas jornalísticas.

As matérias da *Pública* destacam deputados federais e especialistas de universidades renomadas, advogados, além do presidente Temer, como atores sociais. De acordo com Tuzzo (2016), verifica-se que na cobertura jornalística deste veículo os políticos são considerados **supracidadãos**: estão acima da lei, não sujeitos aos limites dos comuns. Já os especialistas são **cidadãos-célebres**, que se destacam em suas áreas de atuação. Mas na outra pauta os deputados federais são expostos por sua opção política.

Já na cobertura sobre a invasão da Cracolândia não houve matéria publicada no dia 21 de maio, quando ocorreu a ação dos policiais, porém inserimos no *corpus* três matérias veiculadas em período posterior. Duas são resultantes de *fact-checking*, sendo que uma delas diz respeito ao vídeo em que o ex-prefeito de São Paulo, João Dória, justifica a ação policial. Alguns argumentos são checados pela *Pública* e apresentados na seção Truco. A outra matéria trata de declaração feita pelo ex-prefeito Fernando Haddad, na qual o político elogia o “Programa de Braços Abertos” – projeto social implementado durante a sua gestão, em 2014 –, em que, segundo declarou, teria ocorrido uma redução de 1.500 usuários diários para 500 na Cracolândia. O dado é checado, porém outras informações não apresentadas na declaração de Haddad praticamente neutralizam o aparente resultado positivo. São checadas declarações anteriores e dados publicados em fontes como a grande imprensa, jornalismo independente e em sites de órgãos públicos (DENARC – Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Direitos Humanos), além de uma fonte do coletivo A Craco Resiste, Raphael Braga, única fonte cidadã ligada aos **subcidadãos**, moradores e frequentadores do lugar.

A terceira matéria (Operação barbárie, 28 de maio de 2017) possui pequeno texto que faz referência à ação policial na Cracolândia e depois apresenta vídeo de pouco mais de 7 minutos. Apesar de publicada bem depois do principal fato noticiado – a ação policial no local –, o assunto ainda repercutia na sociedade e na imprensa, uma vez que houve uma diáspora de usuários de drogas para outros pontos próximos ou mais distantes da Rua Helvétia com a Alameda Dino Bueno, na região central da cidade de São Paulo.

Nas matérias produzidas pela *Pública* sobre a Cracolândia, a estratégia de investigação e a ausência da obrigação do *hardnews* resultam em um tratamento diferenciado

19 De acordo com Meo (2016, p. 48), a facilitação gráfica se constitui “A partir de frases pontuais e de desenhos, geralmente metáforas visuais, com muita cor, síntese e organização [...] registra tudo que vem sendo discutido, demandado, sugerido, aprovado e definido”.

20 Diferentemente do que ocorre nos portais da grande imprensa, cujos hiperlinks tendem a levar para conteúdos dentro do próprio site.

do conteúdo, tanto no que diz respeito ao foco da matéria quanto ao formato e aos atores sociais nas matérias. Em dois casos, os do *fact-checking* (Checamos o vídeo de Doria sobre a Cracolândia, 12 de junho de 2017; e Haddad elogia programa na Cracolândia, mas omite contexto, 13 de junho de 2017), há uma desconstrução dos argumentos dos políticos.

Podemos considerar as duas matérias da seção Truco como gênero informativo, formato reportagem. Não exploram a multimídiaidade do suporte, dedicando-se ao texto, foto e à ilustração. A hipertextualidade é a característica mais impactante, sendo que a interatividade está presente no espaço aberto a comentários no final da reportagem e no acesso às redes sociais e e-mail, para compartilhamento.

Embora os dois protagonistas das matérias sejam **supracidadãos**, na cobertura da *Pública* eles são questionados e têm suas declarações desqualificadas pelos repórteres, quando são apontadas como inverídicas. Nesse caso, a *Pública* faz a checagem utilizando apenas uma fonte ligada aos **subcidadãos**, além de alguma referência à mídia independente, portanto seguindo os moldes tradicionais do jornalismo, no que se refere às fontes.

Nessa cobertura em vídeo, diferente das reportagens no telejornalismo, bem além do tempo padrão utilizado pelo *JN* e com uma narrativa mais cinematográfica, próxima da do documentário, o foco são os depoimentos de moradores e frequentadores da Cracolândia. O conteúdo apresenta três moradores de uma das casas destruídas, representantes dos movimentos sociais que haviam ocupado a Secretaria dos Direitos Humanos e o pedido de demissão da secretária Patricia Bezerra. A *Pública* também ressalta que tentou conversar com as fontes governamentais, e é possível perceber como vai ampliando no vídeo as repercussões do fato, após a invasão policial. Além da população local e dos frequentadores, o vídeo mostra depoimento de Raphael Braga, do coletivo A Craco Resiste, presente também como fonte em uma das matérias do Truco (citadas anteriormente).

Nessa matéria, cujo foco é o vídeo, o **subcidadão** é protagonista com voz e espaço amplo, mas confirmado na sua condição precária, de falta de acesso aos bens materiais e simbólicos: está à margem, é uma vítima (no seu flagelo, ao ter sua casa demolida, sua privacidade invadida, sua mais absoluta pobreza em um cenário de destruição e de desolação) e como tal é mostrado no vídeo. As imagens denunciam a exclusão e a violência, um espelho no qual ninguém quer se enxergar, mas não fogem do estereótipo ao retratarem os excluídos.

Por fim, os dois temas aparecem na *Pública* sem a emergência do factual, observando-se um interagendamento entre mídias, da grande mídia para a mídia independente, uma vez que a cobertura no *JN*, no caso deste estudo, ocorreu antes da mídia independente. Podemos

considerar que tanto jornais quanto rádios e revistas, além dos portais noticiosos tradicionais na internet, noticiaram esse assunto, que é de grande interesse público, em cobertura que abrangeu vários dias.

Breves reflexões a partir do cruzamento dos dados

Castells afirma que “A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada” (2013, p. 14). Neste sentido, é relevante observar que a cobertura das mídias afeta não apenas as decisões pessoais, mas também as apropriações que as instituições – inclusive (ou principalmente) as instituições públicas – fazem dos fatos. Os indivíduos e organizações que controlam veículos midiáticos não ignoram essa relação, e, particularmente nos episódios analisados, fica clara a proposta de gerar influência na forma pela qual as instituições públicas se comportam frente aos fatos.

Essa relação aparece quando o *Jornal Nacional* expõe um conteúdo ao mesmo tempo repetitivo e agressivo, no qual noticiaristas e comentaristas, em linguagem contundente e óbvia, colocam-se como defensores da liberdade, apresentando uma série de imagens, comentários e narrativas aparentemente recheadas de dados, mas cujo ápice é o questionamento sobre a eficiência da política, do governo e do Estado.

Nesse sentido, há um compromisso didático: a emissora enxerga o seu receptor como alguém que, mais do que informação, necessita de formação. O *JN* trouxe para si uma tarefa difícil (impossível?) de permanentemente relatar e fiscalizar a sociedade, mas, ao fazer isso, mais acusa que mergulha nos problemas estruturais da sociedade brasileira.

No discurso neoliberal do *JN*, os sujeitos, receptores anônimos – mesmo quando destacados como cidadãos –, são vitimizados, incapazes por si mesmos e incapazes de escolher representantes dignos, portanto vítimas de um Estado incapaz.

Já no jornalismo independente há um discurso que parece contra-hegemônico, por destacar com mais ênfase a presença de subcidadãos e por ser investigativo. A ausência do repórter é uma estratégia para dar foco às fontes, que passam a ser o centro de toda a ação, especialmente nos vídeos. Porém, particularmente no *fact-checking*, aparecem muitas referências da imprensa tradicional, além de fontes oficiais, para contrapor dados oferecidos pelas fontes questionadas pela *Pública*. Pode-se questionar se o objetivo da *Pública* é evitar o confronto com a grande mídia.

Nesse emaranhado de relações, em que os poderes se estabelecem a partir de interesses da grande mídia, o

fenômeno do jornalismo independente ganha impulso. No entanto, observa-se que esses dois sistemas se influenciam mutuamente, por meio de um interagendamento formatado pelos contornos políticos, econômicos, sociais e culturais que configuram alguns fatos jornalísticos de grande interesse público. São relações contraditórias, mas também de retroalimentação, que apontam novos cenários sociais e, conseqüentemente, novas possibilidades de narrativas e de apresentação/representação da sociedade brasileira. Nesta relação, apesar do subcidadão ter mais voz no jornalismo independente, ambos reforçam um discurso hegemônico de ineficiência do Estado e incapacidade dos cidadãos comuns. Tudo está no seu lugar no país em que pouco está onde deveria estar.

Referências

- A PESQUISA Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 12/09/2017.
- BARDIN, L. 2010. *Análise de conteúdo*. 4ª ed. São Paulo, Edições Loyola. 229 p.
- BRUNS, A. 2005. Gatewatching, not gatekeeping: collaborative online news. Media International Australia Incorporating Culture and Policy: *Quarterly Journal of Media Research and Resources*, **107**:31-44.
- CANAVILHAS, J. (org.). 2014. *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã, Livros LabCom. 190 p.
- CANAVILHAS, J. 2010. Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. In: II Congreso de Comunicación, Universidad Salamanca, 2010. Disponível em: <http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/061.pdf>. Acesso em: 20/03/2018.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar. 272 p.
- FONSECA JÚNIOR, W.C. 2006. Análise de Conteúdo. In: J. DUARTE; A. BARROS (org.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo, Atlas. 380 p., p. 280-303.
- GALIMBERTI, Umberto. 2006. *Psiche e techné: o homem na idade da técnica*. São Paulo, Paulus. 918 p.
- HISTÓRICO: a Craco resiste. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACracoResiste/videos/1879144285670276/>. Acesso em: 03/11/2017.
- HOHLFELDT, Antônio. 1997. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista Famecos*, Porto Alegre, (7):42-51. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2983/2265>. Acesso em: 20/03/2018.
- JARDIM, L. Portal G1. O Globo. Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha. Publicado em 17/05/2017 – 19:30. Atualizado em 23/05/2017 – 12:17. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935>. Acesso em: 20/03/2018.
- JOHNSTON, D.K. 2004. The natural history of fact. *Australasian Journal of Philosophy*, **82**(2):275-291.
- JORNAL NACIONAL. O que acontece se Temer renunciar? A Constituição explica. Exibida em 18 de maio de 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5879420/>. Acesso em: 14/04/2018.
- JORNAL NACIONAL. Dia de pânico nos mercados: dólar dispara e Bolsa fecha no vermelho. Exibida em 18 de maio de 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5879405/>. Acesso em: 14/04/2018.
- JORNAL NACIONAL. ‘Não renunciarei. Sei o que fiz e sei da correção de meus atos’, diz Temer. Exibida em 18 de maio de 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5878756/>. Acesso em: 14/04/2018.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 1986. 312 p.
- MAIA, K.B.F.; AGNEZ, L.F. 2010. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. *Revista E-Compós*, **13**(3):1-16. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/504/466>. Acesso em: 20/03/2018.
- MARQUES DE MELO, J. 1985. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes. 168 p.
- MAZETTI, H.M. *Mídia alternativa para além da contra-informação*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Midia%20alternativa%20para%20alem%20da%20contra-informacao.pdf>. Acesso em: 20/09/2017.
- McCOMBS, M. 1976. Elaborating the agenda-setting influence of mass communication. *Bulletin of the Institute for Communication Research*, Ed. Keio University, **7**:15-35.
- MEO, Izabel Marques. 2016. Facilitação gráfica no Brasil e seu uso em projetos editoriais. *Anuário Unesco/Metodista*, São Bernardo do Campo, Cátedra Unesco/Metodista, **20**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/7766/5859>. Acesso em: 25/03/2018.
- MILÊNIO: David Wootton discute em livro a visão peculiar de Trump sobre fatos e verdades. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/milenio/videos/t/milenio/v/milenio-david-wootton-discute-em-livro-a-visao-peculiar-de-trump-sobre-fatos-e-verdades/5983685/>. Acesso em: 09/07/2017.
- NOTÍCIAS TERRA. Grande meteorito cai sobre a Rússia e causa pânico entre população. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/espaco/grande-meteorito-cai-sobre-a-russia-e-causa-panico-entre-populacao,f97f21bd679dc310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 27/07/2013.
- O QUE é fact-checking? 2017. Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>. Acesso em: 03/11/2017.
- PEREIRA FILHO, F.B. 2004 *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- PRIMO, A. 2008. A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella: encadeamento midiático de blogs, Twitter e mídia massiva. *Galáxia*, São Paulo, **8**(18)1-16. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1912/1174%3E>. Acesso em: 20/03/2018.
- PÚBLICA – Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/>. Acesso em: 20/09/2017.
- REIMÃO, S. 1997. *Em instantes: notas sobre a programação na TV brasileira (1965-1995)*. São Paulo, Faculdades Salesianas, Cabral. 104 p.
- REZENDE, G.J. 2010. *Telejornalismo no Brasil – um perfil editorial*. São Paulo, Summus. 289 p.
- SHIRKY, Clay. 2011. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro, Zahar.

- SODRÉ, M. 1971. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis, Vozes. 84 p.
- SODRÉ, M. 1977. *O monopólio da fala*. Petrópolis, Vozes. 160 p.
- TEMER, A.C.R.P. 2014. Desconstruindo o telejornal: um método para ver além da melange informativa. In: A. VIZEU; E. MELLO; F. PORCELLO; I. COUTINHO (ed.), *Telejornalismo em questão*. Florianópolis, Insular, p. 27-52. (Coleção Audiovisual, 3).
- TECMUNDO. O que é Tag? 2009. 06 de maio de 2009. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/navegador/2051-o-que-e-tag-.htm>. Acesso em: 03/11/2017.
- TEMER, A.C.R.P.; NERY, V.C.A. 2009. *Para entender as teorias da comunicação*. Uberlândia, Edufu. 206 p.
- TEMER, A.C.R.P. 2014. *Flertando com o caos: comunicação, jornalismo e televisão*. Goiânia, FIC/UFG. 312 p.
- TRAQUINA, N. 2000. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Minerva. 145 p.
- TUZZO, S.A. 2016. *Os sentidos do impresso*. Goiânia, UFG/FIC. 240 p.
- WOOTTON, D. *Milênio*. Globonews, 03/07/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/milenio/videos/v/milenio-david-wootton-discute-em-livro-a-visao-peculiar-de-trump-sobre-fatos-e-verdades/5983685/>. Acesso em: 10/07/2017.

Artigo submetido em 08-04-2018
Aceito em 07-04-2019